

Sarney não adota ^{Comiss. Arinos} texto da comissão de Arinos

ANC 88

Pasta Agos/Out 86

088

Brasília — Foram 105 reuniões da Comissão Arinos, ao longo de um ano, sendo que, destas, 52 duraram mais de 12 horas. Cada uma delas custou ao governo federal Cz\$ 32 mil, mas o resultado final — uma proposta de como deve ser a nova Constituição brasileira — poderá mofar nos arquivos do Palácio do Planalto. “Para não interferir”, o presidente José Sarney não enviará a proposta à Assembleia Nacional Constituinte a não ser que seus membros a requisitem”, explicou o porta-voz da Presidência da República, Fernando Cesar Mesquita.

Sarney recebeu ontem uma delegação da comissão, que de setembro do ano passado até este mês trabalhou na proposta. Condecorou o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, que lhe disse que chegou o momento oportuno na história para o Brasil mudar.

Mestre Afonso Arinos disse que é necessária a grande mudança, afirmando: “Oá será muito em breve, ou não será”. Com determinação, eu afirmo: “Será”, — respondeu o presidente, no seu discurso de agradecimento. Presentes à soleni-

dade estava a maioria dos integrantes da comissão (onze dos quais são candidatos do PFL, PMDB e PSB às eleições de novembro), além de inúmeros ministros de estado.

A proposta da Comissão Afonso Arinos tem 468 artigos e modifica o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista. No novo sistema — explicou o próprio Afonso Arinos, em entrevista depois da solenidade —, o povo elegeria, por voto direto, um presidente, que teria um mandato de seis anos e que cuidaria da segurança interna e externa do país e das Forças Armadas, além de indicar o primeiro-ministro. Este cuidaria da administração do governo.

Outra modificação, considerada importante por Afonso Arinos, diz respeito ao papel das Forças Armadas. Como na atual Constituição, os militares seriam os responsáveis pela manutenção da ordem e pela defesa das instituições. Mas agiriam apenas quando convocados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Os militares gostaram. Até fiquei surpreso”, disse Afonso Arinos.

Contra o “papel-carbono”

Brasília — “A Constituinte não funcionará como simples eco, carimbo ou papel-carbono de qualquer projeto de Constituição”, disse o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, em resposta àqueles que entendem o anteprojeto da comissão de constituição como primeira versão da futura Carta Magna. O anteprojeto foi entregue ao presidente José Sarney pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, que presidiu a comissão.

Ulysses Guimarães afirmou que “a tradição dos trabalhos legislativos é discutir, estudar e aperfeiçoar os projetos de

lei inclusive consultando a sociedade, nunca aceitar qualquer proposta como fato consumado”. Ressalvando que ainda não leu o anteprojeto da Comissão Arinos, ele disse que, “como todos os projetos e sugestões já encaminhados à Assembleia Nacional Constituinte, este trabalho é válido e certamente servirá como subsídio aos trabalhos dos constituintes”.

O presidente do PMDB disse que, em princípio, é contra o parlamentarismo sugerido no anteprojeto porque “o presidencialismo se ajusta mais à realidade brasileira”.

Idéia era dar só subsídio

A criação da Comissão Afonso Arinos (cujo nome oficial era o de Comissão Provisória de Estudos Constitucionais) foi idéia do presidente Tancredo Neves. Desde o início, ficou estabelecido que o trabalho da comissão consistiria apenas em fornecer subsídios para a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em novembro próximo para redigir a nova Constituição.

Diante da afirmação do porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, de que o presidente Sarney não encaminharia a proposta da comissão à Assembleia Nacional Constituinte — a não ser, é claro, que os constituintes a peçam — Afonso Arinos não se abalou: “Não pedi

para o presidente encampar a nossa proposta. Nós fornecemos subsídios, que ele estudará. Mas será a Assembleia Nacional Constituinte quem decidirá o que fazer.”

É provável que a Assembleia Nacional Constituinte requisite a proposta da Comissão Afonso Arinos. Dez dos integrantes da comissão são candidatos a constituinte, a maioria pelo PMDB e PFL, e um deles, Josaphat Marinho, disputa o governo da Bahia. “Tenho certeza que nós — quando digo nós me refiro aos partidos que apoiam o governo — seremos a maioria na Assembleia Nacional Constituinte”, disse Afonso Arinos.